
MEMÓRIA HISTÓRIA E CRISE DO COMUNISMO

EDGAR SALVADORI DE DECCA

Para um historiador é sempre difícil discutir temas tão amplos que parecem ser apreensíveis apenas à especialistas em ciência política, acostumados a fazer prognósticos otimistas ou sombrios sobre o futuro. Apesar dos historiadores terem a sua matéria prima no passado, não devemos esquecer que esta divisão cronológica do tempo não deixa de ser uma convenção, e que o presente só se institui como um lugar do pensamento porque ele está carregado de passado e de futuro. Nesse sentido, quando é proposto para debate o tema da crise do socialismo, se está abertamente assumindo uma avaliação do que já passou e quais as perspectivas para o futuro. Entretanto o passado é uma matéria difícil de ser tratada pois aos nossos olhos ele pode ganhar contornos múltiplos e como também ele não é um objeto morto sobre o qual podemos nos debruçar para fazermos avaliação, ele incita-nos a pensar e atua à distância refazendo nossas certezas e nossas próprias expectativas. Recuperar o passado nem sempre é uma tarefa fácil, porque podemos nos defrontar com sinais incômodos que não foram apagados, apesar dos esforços realizados por aqueles que no passado pretenderam legar ao futuro, isto é para nós do presente, uma determinada vista sobre o passado. Este sem dúvida é o desafio da história, pois trabalhando com o passado, nós historiadores sabemos que ele é portador e engendrador do futuro e nesse sentido, produtor de nós mesmos. Desafia-lo significa sempre remar contra a corrente de uma história que uma vez realizada apaga as suas virtualidades, colocando tudo o que aconteceu como inevitável, imprimindo um sentido sempre constrangedor para o presente.

Eu estou participando nesta coletânea muito provavelmente por ter estudado os significados dos silêncios na história, tendo como referência, inclusive, a presença política dos comunistas nas lutas sociais da década de vinte no Brasil. O meu livro *1930 - O silêncio dos vencidos*, publicado em 1981, talvez tenha sido um dos primeiros trabalhos que avaliaram o desempenho da política comunista num contexto de grande agitação revolucionária. Sem cair nas armadilhas da história dos vencedores e da própria

Nota do autor Este artigo, com modificações, foi o texto apresentado no evento comemorativo de 70 anos de fundação do partido Comunista no Brasil. Evidentemente, por ser um texto destinado a ser lido em público ele ainda guarda um certo grau de informalidade, que o autor resolveu preservar.

revisão subserviente dos comunistas de períodos posteriores, este trabalho procurou analisar as possibilidades de aliança de classes no contexto das forças políticas atuantes durante os anos vinte, e quais as implicações políticas de um programa partidário que oscilou sempre entre uma perspectiva revolucionária de assalto ao poder, e uma projeção democrática que pretendeu consolidar um partido político de trabalhadores. Este trabalho procurou entender porque os comunistas foram derrotados nas duas frentes, não apenas porque o seu programa era vacilante, mas porque no campo das alianças políticas e no rearranjo da forças políticas dominantes operou-se um progressivo processo de exclusão, não restando aos comunistas e ao movimento operário nenhuma margem de manobra. Os vencedores de trinta não só se apropriaram da linguagem revolucionária dos comunistas, como desqualificaram a ação autônoma do operariado no Brasil, proibindo a sua organização partidária e sua independência sindical. De um só golpe os vencedores liquidaram as duas vertentes mais atuantes do movimento operário, os comunistas porque o espaço de presença partidária lhes foi negado, e os anarquistas porque tinham na independência sindical o eixo de suas ações.

Agora eu entendo melhor o porque de minha concordância em participar, na última hora, desta coletânea que discute a crise do socialismo. Resolvi assumir, digamos, com um pouco de humor, a condição de penetra e ocupar o espaço que me foi reservado e participar também do debate, aceitando o fato de que o silêncio pode também ser quebrado por pura contingência. Este artigo é o resultado de minha participação no evento organizado para homenagear os 70 anos de fundação do Partido Comunista no Brasil. Os leitores não precisam ficar muito preocupados, porque apesar de eu ser um convidado de última hora, o historiador que vos escreve neste momento, além de ter senso de decoro (qualidade bastante rara em nossos meios, hoje em dia), sempre procurou usar a sua capacidade de pensamento para desvendar os silêncios impostos pela história e, nessa medida, em algum momento resgatou uma atuação dos comunistas, que eles próprios teriam gostado de mantê-la no esquecimento.

Eu pretendo discutir neste artigo, que comemora os 70 anos de criação do Partido Comunista no Brasil, as inúmeras e sutis formas de manutenção e preservação de uma determinada memória e seus correspondentes mecanismos de esquecimento. Alguns diriam que estas questões seriam melhor discutidas na presença de um psicanalista ou em seu próprio divã. Acontece

que as questões da instituição da memória e os mecanismos de esquecimento não são matéria apenas da psicanálise. Os historiadores com seus métodos detetivescos de suspeitar de tudo e perseguir pistas às vezes pouco convincentes, acabam por desvendar mistérios e retirar do silêncio questões que deveriam muito bem permanecer em seu esquecimento reconfortante.

Do meu ponto de vista a crise do socialismo é tão velha quanto ele próprio. Desde as suas origens se duvidou que ele estivesse inscrito nas leis da história. Como um pensamento político do século 19, os seus próprios contemporâneos duvidaram da crença de que a história teria um sentido, que se faria cumprir mais cedo ou mais tarde. Os próprios socialistas tiveram que refazer as projeções originais de Marx, o pai do socialismo, que acreditava nas leis históricas do desenvolvimento do capitalismo e projetava a sociedade socialista a partir do cenário de uma Inglaterra urbana e industrial no século 19. Marx e Engels, que viveram as agitações de massa do cartismo inglês e do socialismo francês das décadas de quarenta e cinquenta do século passado, acabaram por contrair as suas projeções de realização histórica do socialismo, baseados nestas duas experiências. Isto é, na teoria de Marx fundiam-se o movimento operário inglês com a efervescência revolucionária das jornadas parisienses de 1848.

Com muita consternação as correntes do socialismo da Segunda Internacional passaram a duvidar do potencial revolucionário das classes operárias, principalmente europeias, oriundas desses países de capitalismo desenvolvido. Lenin, o dirigente maior da primeira revolução socialista, criou, inclusive, a tese do elo mais fraco do capitalismo para conceber a revolução socialista num país agrário e pouco industrializado, procurando contrariar a necessidade das leis históricas enunciadas por Marx. Valendo-se mais dos aspectos contingentes da política internacional do que da inexorabilidade das leis da história, Lenin não apenas justificou, como também reverteu todas as expectativas de Marx, projetando-se como o arquiteto da primeira revolução socialista da história, realizada em um país pouco desenvolvido capitalisticamente. A tensão teórica já estava presente desde as teses de Lenin, uma vez que o socialismo ou estava inscrito nas leis da história, ou ao contrário, era produto da ação voluntária e contingente de teóricos, que podiam aproveitar a melhor oportunidade para fustigar o capitalismo em seu elo mais fraco. Isto é, o socialismo deveria acontecer não no sentido das leis da história,

mas sim contrariando-as, em seu cerne de necessidade. Mais a contingência do que a necessidade. Muito senso de oportunidade e uma boa dose de voluntarismo teórico, ao invés de uma obediência cega às leis do desenvolvimento histórico.

Evidentemente, para responder a uma questão desta natureza, Lenin precisou criar uma teoria do imperialismo, etapa superior do capitalismo, onde pela criação de um mercado mundial as nações não industrializadas se tornariam alvos dos países ditos centrais. Isto é, seriam progressivamente anexadas à órbita do mercado mundial e seriam completamente subjugadas pelo imperialismo e seus capitais. Daí surge a teoria do elo mais fraco do capitalismo e a idéia de uma revolução socialista que poderia se desdobrar a partir da periferia do sistema capitalista. Com esta nova teoria, Lenin procurava justificar a possibilidade de uma revolução socialista na contra-corrente das idéias originais de Marx. Seu argumento era o de que Marx não pôde observar o capitalismo em sua fase superior, em um outro desenvolvimento histórico. Com isso, Lenin amarrou a revolução socialista na periferia do sistema, como uma consequência do desenvolvimento histórico do capitalismo em sua fase imperialista, procurando não deixar margens para os seus críticos, que alegavam, com certa dose de ironia, ser Lenin um teórico do voluntarismo. As cisões no interior do marxismo da segunda internacional já eram os sinais de uma crise profunda dentro desta corrente do socialismo.

Contudo, a memória do comunismo é muito sólida e até a desagregação do mundo do leste europeu, ainda estávamos discutindo a crise do socialismo. A empresa ideológica dos países portadores da linguagem comunista sempre foi muito eficaz, apesar dos fatos brutais de ditaduras cubanas, albanesas, chinesas, soviéticas e outras tantas. Por mais cruel que possa parecer, devemos reconhecer que as ditaduras de direita sempre foram alvo do escárnio internacional, ao passo que as atrocidades dos regimes comunistas acabaram sendo protegidas e silenciadas em nome da boa causa humanista do socialismo. As vozes que se levantaram contra a opressão do mundo socialista, não podemos dizer que eram de um movimento internacional reacionário e anti-socialista. Pelo contrário, já a partir dos anos cinqüenta, para dizer pouco, intelectuais de esquerda na França e em outros países chegaram a criticar a memória oficial do comunismo, denunciando as suas agressões aos direitos

humanos e o caráter repressivo dos regimes estabelecidos em nome desta ideologia.

Como historiador não posso deixar de apontar o fato de que, desde os inícios deste século a questão do socialismo foi apropriada pelo discurso comunista e marxista, e todas as questões posteriores giraram nesta órbita que teve como centro irradiador a revolução soviética e os seus desdobramentos. As experiências subsequentes de socialismo, ou tomaram a revolução soviética como modelo, ou procuraram em nome de reviravoltas ideológicas, corrigi-la naquilo que ela havia fracassado. Acontece que na maioria das experiências comunistas não soviéticas, os excessos em nome das correções de rota foram iguais ou maiores do que aqueles produzidos por décadas de arbitrariedade e opressão estatais de Moscou. O socialismo, portanto, foi durante décadas uma querela de marxistas e comunistas, e aqueles que estavam fora deste círculo queriam que eles se lixassem ou apostavam na hora em que eles se devorariam entre si.

Muito poucos interlocutores tiveram vez neste debate que se travou no interior das hostes marxistas. Na esquerda não comunista e de tradição marxista, foi ouvida apenas e com muita restrição a social-democracia européia, cujas opiniões tiveram pouca repercussão diante das vitórias comunistas alcançadas no leste europeu, na Ásia, na África e na América Latina, principalmente a partir dos anos cinquenta. Por ironia da própria história esses interlocutores secundários dos comunistas, hoje em dia o último bastião de um socialismo de cunho marxista, se vêem fustigados pelo neoliberalismo europeu e também por uma esquerda de tradição não marxista, que engajada em movimentos pacifistas e ecológicos contestam o autoritarismo e o centralismo estatal das políticas da social-democracia.

A crise do socialismo atualmente já ganhou proporções inimagináveis, porque não se trata apenas da dissolução dos regimes comunistas dos mais variados matizes ideológicos, mas está apanhando também os programas reformistas e muito pouco revolucionários da social-democracia européia. Por incrível que possa parecer, o final do século 20 ainda revê as doutrinas do século 19 para encontrar a solução de seus problemas e, sob uma ótica conservadora, vimos a ascensão do liberalismo nas políticas de Margareth Thatcher e de Ronald Reagan, mas também vimos o renascer de um liberalismo libertário que passou a reivindicar o direito de autonomia da sociedade frente

ao avanço crescente do poder estatal, principalmente em questões de perigo de guerra nuclear e de destruição ecológica. Na brecha aberta pela falência dos regimes do leste europeu e na crítica às políticas da social-democracia europeia, estão surgindo perspectivas libertárias que tinham sido abortadas pelo movimento marxista e comunista desde os inícios do século 20.

Como historiador, permito-me perseguir as pistas do passado e não ser muito sistemático na busca da causalidade da crise do socialismo, mesmo porque os historiadores já abandonaram, faz muito tempo, as explicações mono-causais em história. O fracasso do socialismo de inspiração marxista já havia dado sinais durante o período da segunda Internacional, quando se esperava que os trabalhadores optariam por uma estratégia de oposição à guerra das nações europeias. Aconteceu, justamente, o contrário, os trabalhadores aderiram às causas nacionais em plena guerra imperialista destruindo nas raízes um sonho de solidariedade internacional. Os valores nacionais falaram mais alto do que o internacionalismo proletário, e o socialismo acabou sendo salvo pela vitória surpreendente dos bolcheviques na Rússia, em 1917. Somente a partir destes acontecimentos podemos entender a submissão do movimento comunista internacional à órbita de Moscou. Derrotados em suas expectativas diante da guerra imperialista, os partidos comunistas do ocidente europeu não tiveram outra alternativa, a não ser a de submissão aos parâmetros do país sede da primeira revolução socialista da história. Desde a abertura da Terceira Internacional, o movimento socialista de perfil marxista submeteu-se aos destinos da revolução russa e os seus desdobramentos passaram a estar sob a orientação do regime de Moscou. A força de atração da revolução soviética não deve ser desprezada pelos historiadores porque ela galvanizou boa parte da militância socialista, a ponto de converter à causa comunista, em alguns casos, os melhores quadros dos movimentos sociais não comunistas.

Aqui no Brasil, tivemos inúmeros casos de anarquistas que se converteram ao comunismo depois da vitória da revolução bolchevique. Devemos considerar este ponto de forma muito delicada, porque a submissão das organizações comunistas do ocidente na terceira Internacional, não foi resultado da pressão exercida pelo poder soviético. Ao contrário, a gravitação na órbita de Moscou foi uma decisão dos próprios partidos ocidentais que se viram frustrados pela falência da política da segunda Internacional. Ter como

referência o país sede da revolução reorientava e redefinia os rumos do movimento comunista internacional, e a partir dali pouco se poderia esperar desses movimentos a não ser uma obediência cega à política soviética. Afora as dissensões resultantes da aniquilação de Trotsky, o restante dos comunistas seguiram à risca a política adotada por Moscou, até pelo menos os anos cinquenta. Houve algumas tentativas de se redefinir o socialismo à revelia da política soviética, principalmente pelos grupos ainda sobreviventes do anarquismo. Entretanto, as suas chances foram mínimas e já pelos anos trinta essas correntes que nasceram no movimento operário do século 19, tinham sido completamente liquidadas diante da presença dos comunistas no interior das organizações do mundo do trabalho. Evidentemente, existiram outras forças que concorreram para a derrota dos anarquistas no plano internacional, mas não podemos desconhecer o peso da política comunista nesta liquidação. Em alguns casos históricos este ataque às posições anarquistas foi realizado por meio de alianças dos comunistas com as forças políticas dominantes do "Estado Burguês".

Não deixa de ser desconcertante imaginar que toda a questão do socialismo tenha sido enclausurada à órbita marxista e comunista. Mesmo os críticos do socialismo comunista estiveram presos dentro desta armadilha até pelo menos os anos sessenta. Acredito que somente após o movimento de 68, a crítica ao comunismo ganhou contornos mais definidos, delineando uma posição de esquerda liberal-libertária capaz de questionar os cânones do socialismo inspirado em Marx e em seus mais significativos sucessores. Desde o surgimento de uma esquerda autonomista apoiada por vozes dissidentes já distantes da segunda Internacional, até o reaparecimento em cena dos grandes pensadores do anarquismo em anos recentes, todo um período histórico se desenrolou com a dominância das posturas comunistas nas discussões sobre o socialismo. Apenas recentemente, as novas posturas da esquerda demonstram finalmente alguns sinais de independência frente aos parâmetros definidos pela seqüelas do marxismo e do comunismo.

Para isto foram significativos alguns eventos históricos. Dentre eles o mais eloqüente foi a invasão da Tchecoslováquia pelas tropas de Moscou. A resistência popular no país assemelhava-se muito com os movimentos de protesto da juventude do ocidente. Diante da arrogância dos tanques e canhões do estado totalitário soviético, a juventude de Praga acenava com flores,

expressando um sentimento de que mesmo em terra arrasada iriam nascer idéias que mais cedo ou mais tarde seriam compreendidas e reconhecidas.

Na posição de historiador, tenho o pressentimento de que este evento promovido pelo Arquivo Edgard Leuenroth, isto é, a comemoração dos 70 anos de fundação do Partido Comunista no Brasil, pretende reconhecer que o comunismo já pertence ao campo da memória histórica. Nesse sentido, podemos imaginar que daqui para a frente poderemos discutir o problema do socialismo sem constrangimentos, sem a autoridade ditada por uma ideologia que ao longo de décadas se sustentou através da propaganda de estados ditatoriais.

Isto me faz lembrar uma experiência que tive num domingo de 1989 na Alemanha, quando era professor convidado da Universidade de Munich. Eu estava completamente à toa na vida quando uma amiga passou em meu apartamento me convidando para um passeio. Perguntei a ela onde iríamos passear numa tarde de domingo e ela me disse que iríamos visitar um campo de concentração nazista. No primeiro momento fiquei desconcertado, pois não poderia imaginar este tipo de passeio para um domingo à tarde. Pegamos o carro e rumamos para Dachau e durante a viagem eu me perguntava se eu não estaria satisfazendo os desejos masoquistas de minha amiga que tinha ascendência judia. Lá chegando me defrontei com um monumento da memória histórica, com um campo de concentração preservado com as marcas e sinais daqueles que viveram os seus horrores. Percorrendo os seus espaços fui tomado por uma estranha sensação de que a memorização do passado como imagem do horror, tinha um efeito extremamente poderoso em minha consciência. Alguma coisa martelava em minha cabeça, como que dizendo, enquanto existir a memória deste campo de concentração, estaremos protegidos da possibilidade de um novo risco totalitário nazista. A memória dos horrores alerta a nossa consciência para estes perigos que sempre nos espreitam.

Como historiador e cidadão me encontro neste evento comemorativo por apoiar a iniciativa de preservação da memória comunista no Brasil. Ela deve ser resguardada para que todos nós possamos ter acesso a um universo de informações que até muito recentemente esteve sujeito ao segredo e a censura de um poder estatal ditatorial, que nos privou o acesso aos seus mecanismos de decisão e ação. Para a minha geração que viveu boa parte da

vida submetida à censura de uma ditadura militar, uma iniciativa como essa só pode ser prestigiada com todas as ênfases possíveis.

Afinal, estão sendo abertos outros arquivos do passado e outras verdades surgirão na medida em que tomarmos contato com eles. Como afirmei no início deste meu artigo, o passado sobrevive em nós e não nos libertaremos dele pelo simples esquecimento. Devemos revisitá-lo, questioná-lo e deixar que ele nos cause espanto, porque por caminhos desconhecidos nós somos os seus herdeiros e devemos estar muito cientes do que é este nosso legado. A memória histórica do comunismo tem um enorme peso sobre nós e não devemos virar as costas como se ela pudesse ser soterrada junto com os restos deste regime em extinção. Guardada sobre enorme censura, ela incita-nos como historiadores e cidadãos, porque se ainda guardamos alguma esperança no socialismo, ele não pode mais ser sustentado pelo segredo e pelo monopólio do poder estatal, e nem muito menos ser uma exclusividade do proselitismo de seus militantes. A preservação desta memória constitui-se, portanto, em um momento fundamental de abertura do passado para novas revisões e avaliações. Destas iniciativas poderão surgir talvez as perspectivas futuras de um movimento socialista plural e democrático. Mas, como historiador não me sinto autorizado a fazer prognósticos.

Devo admitir que a abertura de arquivos do comunismo poderá reativar o interesse dos historiadores ligados ao tema dos movimentos sociais. Afinal, a causa dos comunistas sempre teve como alvo as classes trabalhadoras. Por outro lado, o acesso a esses arquivos pode também renovar o campo temático das pesquisas históricas. Ao lado deste acontecimento está também a abertura e o acesso aos arquivos da repressão da ditadura, no caso, a documentação dos DEOPS de vários estados brasileiros. Uma boa oportunidade para estudarmos o funcionamento político, ideológico e repressivo das ditaduras que estão se desmoronando nas últimas décadas do século vinte, tenham sido elas de direita ou de esquerda.

Há uma renovação no ar desde o fim do comunismo soviético. Existem ainda, hoje em dia, ditaduras que se sustentam segundo os princípios do marxismo, tais como a chinesa e a cubana. Contudo, mais cedo ou mais tarde eles também enfrentarão os impasses vividos pelo regime soviético. Nós, que estamos reconquistando e recriando a cidadania no Brasil, que até muito pouco tempo, vivia uma ditadura militar, não podemos permitir que as

saídas históricas deste final de século dêem ensejo a novas ondas de pensamento conservador e autoritário, tais como a ascensão surpreendente de ideologias neo-nazistas em várias partes do mundo. Os arquivos secretos dos regimes políticos ditatoriais devem servir de alerta às nossas consciências, enquanto cidadãos, para que estas experiências não venham a se repetir no futuro, para os herdeiros desta nossa geração. Este talvez seja um legado importante para futuros cidadãos e porque não admitir, para a próxima geração de historiadores.